

Responsável pela fusão das redes informáticas do ICP e da APAD; desenho e desenvolvimento da página institucional do IPAD; implementação da aplicação de gestão electrónica de documentos e processos; criação e manutenção da Intranet do IPAD; migração da rede de dados para W2003;

De 2001 a 2003 — exerceu funções como chefe de divisão do Centro de Informática do Instituto da Cooperação Portuguesa mediante nomeação por despacho;

Nomeada para integrar grupos de trabalho para a modernização dos sistemas de informação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, nas áreas da arquitectura dos SI, da segurança e das telecomunicações do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

Responsável pela instalação e manutenção das infra-estruturas da rede integrada de voz e dados do ICP; migração da rede de dados para Windows 2000; criação de plataforma de segurança Internet; configuração e instalação de serviço de correio electrónico e de *webmail*;

De 1995 a 2001 — exerceu funções na carreira informática do quadro da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade como técnica superior de informática de 1.ª, técnica superior de informática principal e especialista de informática do grau 2 — funções nas seguintes áreas: colaboração no estudo e implementação de sistemas de informação; análise, elaboração e implementação de políticas de segurança na área da informática; administração de sistema do correio electrónico; elaboração de pareceres técnicos; auxílio à gestão e operacionalidade das redes Unix3.1, Novell 4.1 e NT 4.0;

De 1979 a 1995 — com as categorias de programadora, de técnica superior de informática de 2.ª e de técnica superior de informática de 1.ª, prestou serviço na ex-Junta Nacional dos Produtos Pecuários (ex-IROMA) do Ministério da Agricultura, com as funções de análise e programação em sistemas da IBM (sistema 36, sistema 38, sistema AS400), utilização das linguagens de programação RPGII, RPGIII, RPG400.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos
Especiais sobre o Consumo

Despacho (extracto) n.º 13 041/2007

Pelo despacho de 25 de Maio de 2007 do subdirector-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo licenciado João Martins, emitido no uso dos poderes que lhe foram delegados, foram promovidos, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2007, a reavaliadores assessores da carreira técnica superior aduaneira, do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, os seguintes funcionários:

Maria Judite Monteiro Moreno Couto.
João Manuel Gomes Ferreira.
Paula Maria Santos Bento Pinto.
Élio Estrela Geraldês.
João Daniel de Mendonça Campos Malta.
Vitor Manuel Vaz da Costa.
Maria de Lurdes Rebelo Guimarães Ferreira Leite.
Maria Otília da Costa Ferreira.
Ana Maria Ribeiro.
Amândio Joaquim Lopes.
Carlos Jorge Gonçalves de Freitas.
Maria da Conceição Moreira Vergueira.
João Manuel Proença da Silveira Botelho.
Maria Alice Marques Carrola Garcia Henriques.
Ana Maria Morujo da Silva Monteiro.
Maria da Conceição Pires Esteves Nunes Trindade Santos.
Manuel Lopes Martins.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Maio de 2007. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

Instituto de Gestão do Crédito Público, I. P.

Aviso n.º 11 447/2007

De harmonia com o disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 1/94, de 4 de Janeiro, dá-se conhecimento público aos portadores inte-

ressados, de que a taxa média a vigorar no mês de Junho de 2007 é de 2.48567 %, a qual multiplicada pelo factor 1,10 é de 2.73424 %.

8 de Junho de 2007. — O Vogal do Conselho Directivo, *António Pontes Correia*.

Aviso n.º 11 448/2007

De harmonia com o disposto na parte final do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 125/92, de 3 de Julho, dá-se conhecimento público aos portadores interessados, de que a taxa de juro para o mês de Junho de 2007, já multiplicada pelo factor 0,96 é de 2.38624 %.

8 de Junho de 2007. — O Vogal do Conselho Directivo, *António Pontes Correia*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa

Despacho n.º 13 042/2007

Ao abrigo do disposto nos artigos 23.º e 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é renovada a comissão de serviço no cargo de chefe da Divisão de Investigação e Desenvolvimento da Direcção de Estudos, Planeamento e Cooperação Internacional da Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa, do Ministério da Defesa Nacional, ao capitão-de-mar-e-guerra EMQ Manuel Maria dos Reis das Neves. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Maio de 2007. — O Director-Geral, *Carlos Alberto Viegas Filipe*, vice-almirante.

Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

Despacho (extracto) n.º 13 043/2007

Por meu despacho de 11 de Maio de 2007, foi a licenciada Cristina Maria da Cunha Pinto provida, nos termos dos artigos 29.º e 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, na categoria de assessora principal, da carreira técnica superior do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar do Ministério da Defesa Nacional, ficando posicionada no 1.º escalão, índice 710, com efeitos a 22 de Março de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Maio de 2007. — O Director-Geral, *Alberto Rodrigues Coelho*.

Inspeção-Geral da Defesa Nacional

Aviso n.º 11 449/2007

**Concurso interno de acesso misto para três vagas
de assistente administrativo especialista**

1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, torna-se público que, pelo despacho n.º 23/2007, de 30 de Março, do sub-inspector-geral da Defesa Nacional (na qualidade de substituto legal do IGDN), se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, o concurso interno de acesso misto para preenchimento de três lugares de assistente administrativo especialista, da carreira de assistente administrativo do quadro de pessoal da Inspeção-Geral da Defesa Nacional (IGDN) do Ministério da Defesa Nacional, constante do anexo VI da Portaria n.º 249/2005, de 1 de Março, sendo fixadas as seguintes quotas:

1.1 — Dois lugares para funcionários do quadro próprio de pessoal da IGDN;

1.2 — Um lugar para funcionários não pertencentes ao quadro de pessoal da IGDN.

2 — Legislação aplicável — o concurso rege-se pelo disposto nos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, e 404-A/98, de 18 de Dezembro.

Acresce que em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.